

O regresso de emigrantes portugueses ao Pinhal Interior Sul, entre 1974 e 2001¹

Fernando RIBEIRO MARTINS

e-GEO Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa
Avenida de Berna, 26 C, 1069-061 LISBOA (PORTUGAL)
Tel. +351.217933519 Fax: +351.217977759 e-mail: sf.mar@mail.telepac.pt

Resumo

O objectivo deste artigo é apresentar o resultado de uma investigação sobre o regresso de emigrantes portugueses à NUT III “Pinhal Interior Sul” (PIS), entre 1975 e 2001 com base em duas fontes de informação: por um lado, os recenseamentos decenais da população do Instituto Nacional de Estatística (1981, 1991 e 2001), cujos dados permitem unicamente quantificar o fenómeno; por outro, a recolha de informação in loco, em todos os locais do PIS, através de 656 inquéritos realizados durante os anos de 2000 e 2001. Foi esta última fonte de informação que tornou possível conhecer as características dos indivíduos regressados, a actividade exercida antes, durante e após a emigração, as motivações do regresso, o processo de reintegração, entre outros aspectos que, em conjunto, ajudaram a compreender o quadro conceptual do emigrante regressado.

Palavras-chave: migrações, regresso de emigrantes, Pinhal Interior Sul.

Abstract

The purpose of this article is to present the results of an investigation regarding Portuguese return migrants to the area referred to as NUT III “Pinhal Interior Sul” (PIS) between the years of 1975 and 2001 based on two sources of information: firstly, the Instituto Nacional de Estatística

¹ O presente artigo baseia-se no trabalho de investigação do autor, desenvolvido no âmbito da dissertação de doutoramento em Geografia Humana, apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (UNL), em 2003.

population census taken once every decade (in 1981, 1991 and 2001) whose data only allow to quantify the phenomenon; secondly, based upon 656 questionnaires that were applied in all areas of the PIS and answered between the years of 2000 and 2001. It was this last source of information that made it possible to learn more about the characteristics of return migrants, relating their previous activities during and after their emigration, the motives for their return, their process of re-integration, as well as other aspects which as a whole enable a better understanding of the return migrant's profile.

Key words: emigration, return migration, *Pinhal Interior Sul* (Portugal).

Résumé

Cet article présente les conclusions d'une investigation sur le retour des émigrés portugais au pays, plus précisément sur le territoire « Pinhal Interior Sul » (PIS), unité de rang NUT III, entre 1975 et 2001. L'étude s'appuie sur deux sources d'information: d'une part, les recensements décennaux de la population (1981, 1991, 2001) réalisés par l'Institut national de statistiques portugais (INE) qui ne permettent qu'une analyse exclusivement quantitative du phénomène ; d'autre part, le recours à 656 enquêtes réalisées in loco, sur l'ensemble du PIS, en 2000 et 2001. Ce sont ces enquêtes qui ont rendu possible l'analyse qualitative et conceptuelle des migrations de retour au PIS: les caractéristiques des individus, les activités exercées avant, pendant et après l'émigration, les motivations du retour, le processus de réintégration.

Mots-clés: émigration, migration de retour, *Pinhal Interior Sul* (Portugal.)

1. Introdução

Pinhal Interior Sul é a denominação de uma unidade territorial para fins estatísticos (NUT nível III)², cuja designação deriva da extensa mancha de

² As denominadas “unidades territoriais para fins estatísticos” (NUT's), datam de 1986 (D.L. nº 34/86 de 5 de Maio) com vista, como se pode ler no texto legislativo, a ultrapassar, “...as divergências que se verificam[vam] entre as matrizes de delimitação espacial adoptadas ou utilizadas pelos diferentes sectores administrativos...”, que era afinal uma das exigências da política regional comunitária (DG XVI) e, também, uma recomendação do Banco Europeu de Investimentos que utiliza informação estatística regional.

pinheiro bravo (*Pinus Pinaster*) que, prolongando-se da vizinha NUT “Pinhal Interior Norte”, cobre a maior parte do seu solo. Localiza-se no Centro Interior do País, imediatamente a Norte do rio Tejo e estende-se por uma área de 1 906 Km², repartida por cinco concelhos: Mação, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei.

Tal como em muitas outras áreas do interior, a emigração tem sido um fenómeno sempre presente há pelo menos um século e meio, embora a ritmos muito diferentes. Primeiro, em direcção à América do Norte (segunda metade do séc. XIX) e do Sul, sobretudo para o Brasil e Venezuela (primeiras décadas do séc. XX); depois, para Angola e outros territórios da então África portuguesa³; o último destino preferencial foi a Europa (anos 60 em diante), inicialmente em direcção à França e à Alemanha, e, mais recentemente, para a Suíça (final dos anos 70 e década de 80).

Atingindo a emigração fluxos de intensidade significativa, os concelhos do actual Pinhal Interior Sul, à semelhança de tantos outros, foram assistindo à progressiva redução dos efectivos populacionais, à diminuição da população activa com o conseqüente abandono da actividade agrícola (até há poucas décadas a actividade dominante), ao progressivo envelhecimento da população, à não regeneração das gerações e aos demais problemas demográficos, sociais e económicos, que lhes estão associados.

Em números, o que acabámos de referir pode avaliar-se pelos seguintes indicadores: a) população actual: 44 803 habitantes (2001); b) máximo populacional atingido em 1960: 87 715 hab.; c) forte decréscimo do número de residentes nas últimas quatro décadas (-49%); d) forte redução da área agrícola nos últimos vinte anos (1979-1999), mais expressiva nos concelhos de Mação (-64%) e Vila de Rei (-44,5%); e) 31% da população com mais de 65 anos em 2001, contra 12% em 1960...

A situação não é porventura muito mais grave, porque a emigração foi de certa forma responsável por alguns contributos amenizadores, em particular pelas remessas enviadas pelos emigrantes e pelo próprio efeito do regresso de emigrantes que tem tido alguma expressão. É por estas razões, entre outras, que faz sentido analisar o regresso de emigrantes e as suas conseqüências, assunto que não tem merecido a devida atenção de

Com este diploma, o território continental foi repartido em *unidades territoriais* pressupondo três níveis de desagregação: nível I - Portugal Continental; nível II - 5 regiões (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve); nível III - 27 regiões constituídas por agrupamentos de concelhos, um dos quais denominado “Pinhal Interior”. Três anos mais tarde (D.L. 46/89), o “Pinhal Interior, constituído por dezoito concelhos, viria a ser desagregado em duas NUT’s, o Pinhal Interior Norte e o Pinhal Interior Sul, sendo esta última composta por quatro concelhos da NUT anterior (Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei) e Mação que se desagregou da NUT “Médio Tejo”.

³ Apenas existem dados a partir de 1937, através das anotações de entradas nas ex-colónias.

investigadores e poderes públicos. Neste artigo, limitar-nos-emos apenas à análise dos fluxos e às suas características. Incluímos na categoria de regressados, não apenas os provenientes de países estrangeiros, mas também os regressados de outras áreas do território nacional.

2. Um pouco de história

O regresso de emigrantes “...*encontra-se estreitamente ligado ao volume de saídas, às motivações que o originaram e ao espaço geográfico em que se localiza...*”. (Cónim, in Paiva,1985:26); não é um fenómeno recente nem tão pouco localizado no espaço e no tempo. Apesar de, a uma corrente de emigração em determinado sentido não ter de corresponder, obrigatoriamente, uma de sentido contrário, de regresso, os factos históricos revelam uma forte associação entre elas, cuja intensidade e variação temporal diferem consoante as principais causas que as motivam. Aliás, “...*o reconhecimento de que toda a corrente migratória importante tende a provocar uma contracorrente no sentido inverso encontra-se já nas célebres leis da migração, formuladas no final do século passado por Ravenstein...*” (citado em Esteves. 1991:46).

Embora durante a pesquisa se tivessem encontrado várias referências ao regresso de emigrantes portugueses das primeiras fases da emigração (séc. XIX e primeira metade do séc. XX), os fluxos de regresso, incluindo os do Brasil, parecem ter sido pouco significativos, se comparados com os de outras áreas do Continente, nomeadamente com alguns concelhos do Norte do País⁴, ainda que a falta de estudos nesta área do território, em particular, contribua em grande parte para esse desconhecimento.

O principal fluxo de regresso de emigrantes para o PIS, que marcou profundamente a sociedade e a economia local, ocorreu em 1975, por ocasião da independência das ex-colónias portuguesas de África. Este integra-se, aliás, no maior fluxo de regressos jamais ocorrido em território nacional, em que, num período de poucos meses, chegaram mais de meio milhar de pessoas⁵,

De acordo com os apuramentos disponíveis terão chegado aos concelhos que actualmente compõem o PIS, 2 867 indivíduos (quadro 1),

⁴ Sobre este assunto veja-se, por exemplo, ROCHA-TRINDADE, e CAEIRO (2000).

⁵ Os números variam segundo as fontes e os autores: 500 mil a 700 mil pessoas segundo os dados do IARN (Vid. AMARO, 1985:607), 505 078 segundo os dados do INE, referentes aos residentes em Portugal que se encontravam numa das ex-colónias portuguesas em 1973 (o que não significa, evidentemente, retornados em 1975, como já se referiu); 500 mil a 600 mil de acordo com BARRETO (1996:39).

dos quais 1 204 (2/5) numa faixa etária abaixo dos 30 anos. O concelho da Sertã foi o que registou o maior número de chegadas (total) e aquele em que os retornados tiveram maior peso na população residente (4,9%). Outros concelhos com elevada percentagem de retornados, por número de residentes, foram os concelhos de Mação (4,7%) e Proença-a-Nova (4,6%); Vila de Rei e Oleiros registaram valores significativamente menores, principalmente este último, cujas chegadas representaram apenas 1,7% da população residente no concelho.

Quadro 1 - População retornada em 1975, por concelho de residência

	Nº Retornados	% *	% Retornados na População Residente
Oleiros	216	7,5	1,7
Proença-a-Nova	599	20,9	4,6
Sertã	1 165	40,6	4,9
Vila de Rei	221	7,7	3,5
Mação	666	23,2	4,7
Pinhal Interior Sul	2 867	100,0	4,1

* Sobre o retorno na área em estudo

Fonte: INE; PIRES, R. (1984:198/200)

Porém, o impacte deste fenómeno não se ficou apenas pelo número de chegadas; ele representou, “...*acima de tudo, a inclusão, na sociedade portuguesa, de um grande número de indivíduos com trajectórias muito diferentes das que caracterizam[vam] a biografia da maioria dos portugueses...*” (PIRES, R.,1984:17). Com seus novos saberes, estilos de vida e valores próprios, contribuíram notoriamente para a mudança de mentalidade da sociedade e, também, segundo o mesmo autor, para a “...*difusão de concepções mais «empresariais» no plano das actividades económicas, (...), para uma maior «liberalização dos costumes» (...) ou para a adopção de orientações estéticas diferentes e novos usos da linguagem...*”. Apesar da singularidade dos impactos deixados na sociedade portuguesa⁶ poucos autores lhe dedicaram a devida atenção, (em trabalhos de fundo, abarcando o fenómeno na sua totalidade e nos seus múltiplos aspectos) embora tenha sido um assunto corrente nos escritos científicos.

Sendo um fluxo de regresso com características muito particulares, que marcaram a sociedade portuguesa e o PIS em particular, a todos os níveis,

⁶ Embora a integração em Portugal pareça ter sido rápida e fácil verificaram-se alguns casos dramáticos, como os que são descritos no trabalho de DACOSTA (1984) - *Os retornados estão a mudar Portugal*, Lisboa: Relógio d'Água Edições.

consideraremos nesta análise, apenas os regressos que não estiveram directamente associados ao processo de descolonização dos territórios africanos.

3. Os números do regresso

De acordo com os números dos recenseamentos do Instituto Nacional de Estatística (INE), e admitindo uma evolução linear do fenómeno⁷, terão entrado no PIS após 1975, cerca de 2670⁸ pessoas, o que, numa área com menos de 45000 habitantes (2001) e povoamento maioritariamente concentrado em pequenos lugares, é bastante significativo; não esqueçamos que as 608 pessoas regressadas apenas durante o período 1996-2001, representam 1,36% da população residente no PIS em 2001, valor que, sendo inferior ao de qualquer outra NUT III da região Centro, não deixa de merecer atenção.

Excluindo os regressados das ex-colónias, no quinquénio 1974-81 chegaram aos concelhos do actual PIS, 614 indivíduos (Quadro 2). A maioria fixou-se no concelho de Oleiros (29%), um pouco mais do que nos de Sertã (23%) e Mação (22%), enquanto nos concelhos de Proença-a-Nova e Vila de Rei as proporções foram relativamente modestas: 18% e 9%, respectivamente.

Considerando apenas os indivíduos de nacionalidade portuguesa ou com mais de uma nacionalidade, verifica-se que, dez anos volvidos, entre 1985 e 1991, o número de regressados foi significativamente menor (-32%), não indo além de 420 indivíduos. Por outro lado, a distribuição percentual pelos vários concelhos alterou-se, em consequência da forte redução do número de regressados em todos os concelhos, excepto no da Sertã: Oleiros (-63%), Mação (-32%), Vila de Rei (-30%) e Proença-a-Nova (-21%). Devido a estas alterações, o concelho da Sertã surge na primeira posição em termos de preferência como local de residência dos regressados, com 140 indivíduos, bastante mais do que os concelhos de Mação (91) e Proença-a-Nova (85) que ocupam as posições imediatamente seguintes.

Quadro 2 - Repartição dos emigrantes portugueses regressados aos concelhos do PIS (1974-81, 1986-91 e 1996-2001)

⁷ Sendo o número de regressos no primeiro quinquénio de cada década igual ao dos últimos cinco anos para os quais existem dados disponíveis pelos recenseamentos.

⁸ Excluindo os retornados das ex-colónias.

	Total de emigrantes					
	1974-81*		1986-91		1996-2001	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Mação	133	21,66	91	21,67	70	11,51
Oleiros	179	29,15	66	15,71	81	13,32
Proença-a-Nova	108	17,59	85	20,24	163	26,81
Sertã	140	22,80	140	33,33	267	43,92
Vila de Rei	54	8,79	38	9,05	27	4,44
Pinhal Interior Sul	614	100,00	420	100,0	608	100,00

(*) Excluindo os retornados das ex-colónias.

Fonte: INE, XII, XIII e XIV Recenseamento Geral da População, 1981, 1991 e 2001.

Os dados do último quinquénio (1996-2001) revelam um acréscimo de quase 45% no número de regressos relativamente ao período anterior, atingindo valores muito próximos dos registados entre 1974 e 1981: mais de seis centenas de indivíduos. No entanto, os concelhos do PIS apresentam comportamentos diferenciados: enquanto os concelhos de Proença-a-Nova (+92%), da Sertã (+91%) e de Oleiros (+23%) registaram acréscimos substanciais, bastante mais expressivos nos dois primeiros, os de Vila de Rei (-29%) e de Mação (-23%) receberam ex-emigrantes em número cada vez menor, à semelhança do que ocorreu no período anterior.

Em síntese, e unicamente com base nos dados disponíveis dos três últimos recenseamentos, verifica-se que os concelhos da Sertã e Proença-a-Nova, simultaneamente os mais populosos e mais dinâmicos do PIS, têm-se revelado mais atractivos para a fixação de emigrantes portugueses regressados; só no último quinquénio (1996-2001) fixaram-se aqui mais de 70% de todos os regressados e no período anterior (1986-91) cerca de 54%.

No cômputo geral, e considerando uma evolução linear do fenómeno do regresso de emigrantes, ou seja, considerando que o número de regressos no primeiro quinquénio de cada década é equivalente ao do segundo quinquénio em que existem dados disponíveis, verifica-se que, entre 1974 e 2001, terão regressado aos cinco concelhos do actual PIS cerca de 2650 indivíduos, dos quais cerca de 950 para o concelho da Sertã, 600 para o de Proença-a-Nova, mais de 450 para os de Oleiros e Mação, respectivamente, e cerca de 180 para o de Vila de Rei.

Os emigrantes regressados para o PIS têm vindo, na sua esmagadora maioria, de um número reduzido de países, entre os quais se destaca a França e, mais recentemente, a Suíça (quadro 3). Entre 1974 e 1981, mais de metade (52%) dos regressados era proveniente de França, proporção que

tem vindo a diminuir, representando no último quinquénio apenas 33%. Em contrapartida, os provenientes da Suíça, em número desconhecido, mas muito diminuto na segunda metade da década de 70, representavam 8% dos regressos na segunda metade da década seguinte e mais de 39%, entre 1996 e 2001, ou seja, multiplicaram por mais de 6,5 vezes entre os dois últimos períodos. Este acréscimo é, sem qualquer dúvida, o segundo facto mais relevante da análise do regresso de emigrantes (logo a seguir ao acréscimo generalizado do número total de regressados), tanto mais que os provenientes da Suíça superaram os provenientes de França, até então maioritários.

Quadro 3 - Emigrantes regressados para o PIS, segundo os principais países de proveniência (1986-91 e 1996-2001)

Períodos		Fran	Alem	Suíça	Can	EUA	Brasil	Ven	Áfr. Sul.	Outros Países	Total
1986-91	Nº	189	29	35	8	17	28	12	14	88	420
1996-01		221	27	239	6	15	25	4	9	62	608
Variação	%	+16,9	-6,9	+582,9	-25,0	-11,8	-10,7	-66,7	-35,7	-29,5	+44,8
1974-81		52,3	18,4	?	?	2,8*	?	?	?	26,5	100,0
1986-91	%	45,0	6,9	8,3	1,9	4,0	6,7	2,9	3,3	21,0	100,0
1996-01		36,3	4,4	39,3	1,0	2,5	4,1	0,7	1,5	10,2	100,0

*Inclui EUA e Canadá

Fonte: INE, XII, XIII e XIV Recenseamento Geral da População, 1981, 1991 e 2001.

Estes dois países foram, aliás, os principais responsáveis pelo acréscimo do número de regressados, entre os dois quinquénios (1986-91 e 1996-01), uma vez que os provenientes de outros países, incluindo os quatro principais países americanos (Canadá, EUA, Brasil e Venezuela), foram em menor número.

A análise das proveniências dos regressados por concelho, nos dois últimos quinquénios em análise (quadro 4), também revela diferenças importantes. Os provenientes de França regressaram em número significativo para todos os concelhos sendo Mação e Vila de Rei os únicos em que o seu número diminuiu entre os dois períodos. Em compensação, os que regressaram para o concelho da Sertã aumentaram 60%, para o de Oleiros, 36% e para o de Proença-a-Nova, 18%. Os provenientes da Alemanha fixaram-se principalmente no concelho da Sertã (48% e 37% conforme os períodos) embora tenham regressado para todos os concelhos.

Em termos relativos, a proporção foi maior no concelho de Vila de Rei (16%) e no de Mação (11%) respectivamente no primeiro e segundo períodos.

Quadro 4 - Proporção de regressados segundo os principais países de proveniência, por concelho (1986-91 e 1996-2001)

Países	Períodos	Concelhos					PIS
		Mação	Oleiros	P.-Nova	Sertã	Vila Rei	
França	86-91	39,6	68,2	47,1	35,7	47,4	45,0
	96-01	35,7	75,3	28,8	30,0	29,6	36,3
Alemanha	86-91	5,5	3,0	2,4	10,0	15,8	6,9
	96-01	11,4	1,2	3,7	3,7	7,4	4,4
Suíça	86-91	6,6	12,1	12,9	7,1	0,0	8,3
	96-01	37,1	17,3	49,7	41,2	29,6	39,3
Canadá e EUA	86-91	9,9	0,0	10,6	2,1	10,5	5,9
	96-01	0,0	0,0	0,6	5,6	18,5	3,5
Brasil	86-91	6,6	0,0	11,8	7,1	5,2	6,7
	96-01	0,0	1,2	8,0	4,1	0,0	4,1
Venezuela	86-91	0,0	0,0	0,0	8,6	0,0	2,9
	96-01	0,0	0,0	0,6	1,1	0,0	0,7
África Sul	86-91	6,6	3,0	0,0	2,8	5,2	3,3
	96-01	1,4	3,7	0,0	1,9	0,0	1,5
Outros P.	86-91	25,3	13,6	15,3	26,4	15,8	21,0
	96-01	14,3	1,2	8,6	12,4	14,8	10,2
Total geral	86-91	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	96-01	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, XIII e XIV Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001.

Os provenientes da América do Norte que, entre 1986 e 1991, se repartiam por quatro concelhos, maioritariamente nos de Mação e Proença-a-Nova onde equivaliam, respectivamente, a 10% e 11%, passaram a

concentrar-se no concelho da Sertã (71%) e, em menor número no de Vila de Rei (24%), correspondendo a 6% e 19% do total de regressados a esses concelhos.

Os portugueses provenientes do Brasil, em número ligeiramente superior ao dos que chegaram da América do Norte, têm regressado maioritariamente para Proença-a-Nova (43%) e para a Sertã (39%); no entanto, e apesar do seu número ter aumentado ligeiramente nestes dois concelhos, e também no de Oleiros, no cômputo geral, decresceram 11%. Os vindos da Venezuela, por seu turno, em número muito inferior ao das proveniências já referidas, regressaram, entre 1986 e 1991, apenas para o concelho da Sertã, embora no último período (1996-2001), e apesar do seu número se ter reduzido para 1/3, fixou-se no concelho de Proença-a-Nova um ex-emigrante daquele país.

Em síntese, os dados disponíveis no último período indicam que devem ter chegado ao PIS durante a última década (1991-2001), pressupondo uma evolução linear do número de chegadas, mais de 1 200 pessoas. De França terão chegado quase quatro centenas e meia e da Suíça talvez outras tantas, uma vez que os dados mais recentes apontam para que os regressados deste país sejam em número já superior aos provenientes de França, e porventura com tendência para aumentar. Os provenientes da Alemanha, que diminuíram ligeiramente na década de 90, são em número muito menor, apenas umas seis a sete dezenas. Da América do Sul terão chegado na última década talvez quase outros tantos, a grande maioria dos quais vindos do Brasil. Os que vieram da América do Norte terão sido da ordem das quatro dezenas, estimando-se que a proporção dos que vem dos EUA, em relação aos do Canadá, seja de dois para um.

4. Os inquéritos

Os recenseamentos decenais do INE são a única fonte de informação disponível, desde 1960, sobre o regresso de emigrantes. No entanto, os dados reportam-se apenas a determinados momentos temporais, não permitindo efectuar análises evolutivas nem conhecer as características dos agregados familiares, as motivações do regresso, os percursos socioprofissionais ou o processo de reintegração em Portugal, por exemplo. Quaisquer estudos que vão para além da mera quantificação dos factos pressupõem o recurso a outras fontes de informação que, nesta temática, ainda só pode ser conseguida através da recolha directa de informação no terreno; foi precisamente esta a metodologia seguida no principal trabalho de investigação até hoje realizado em Portugal sobre o tema, há

precisamente vinte anos⁹, e que fomos forçados a adoptar nesta investigação, pela persistente falta de outras fontes de informação.

Na elaboração do inquérito que serviu de base à recolha da informação procurou-se formular um conjunto amplo de questões que, abrangendo vários domínios, permitisse estudar o regresso de emigrantes nas suas múltiplas perspectivas. No total, vinte e quatro questões que se podem agrupar nos seguintes temas: a) dados pessoais; b) actividade profissional; c) motivos do regresso; d) reintegração no PIS; e) aprendizagens e f) outras questões, que embora menos relevantes, ajudam a definir o quadro conceptual do emigrante regressado.

5. A amostra

O apuramento dos indivíduos da amostra, composta por emigrantes regressados provenientes do estrangeiro ou de outra área do território nacional, foi possível através de conversa informal com vários residentes de um mesmo local, e em todos os locais do PIS. Foi a partir desta informação, às vezes contraditória, que se tentou contactar o maior número possível de pessoas que havia estado emigrada, para responder ao inquérito. Circunstâncias várias impediram que se contactassem todos os agregados familiares, em que pelo menos um dos seus membros já havia emigrado: por um lado, porque no momento da recolha de informação nem sempre se encontraram as pessoas pretendidas, apesar de, nalguns casos, se terem efectuado várias tentativas; por outro, porque as pessoas visadas, nem sempre se mostraram disponíveis para responder.

No cômputo geral, conseguiu-se uma amostra bastante significativa: 59% do número de emigrantes o que corresponde a 50% dos agregados familiares conhecidos (em que, pelo menos, um dos seus membros esteve emigrado por um período superior a um ano), percentagens significativamente elevadas, recolhidas nos mais diversos lugares da região, que permitem afirmar que os dados obtidos caracterizam, com relativa segurança, o universo dos emigrantes de “longa duração” regressados ao PIS, após 1975.

Foram inquiridos 656 agregados familiares e apuradas 1 548 pessoas regressadas, entre as quais se incluem 452 (29%) filhos de emigrantes, que acompanharam os pais, com idades muito variadas que vão de recém-

⁹ SILVA et al. (1984), *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, Lisboa, IED.

nascidos a jovens com idade superior a 20 anos¹⁰. O número de indivíduos que regressou sozinho eleva-se a mais de duas centenas, embora, destes, apenas 14% correspondam a regressos de indivíduos solteiros (quadro 5). A situação mais frequente foi o regresso de indivíduos casados (predominantemente do sexo masculino), cujo cônjuge nunca emigrou (79% das situações), sendo relativamente raras (7%) as situações em que um deles por lá ficou¹¹.

Quadro 5 - Emigrantes regressados ao PIS, por categorias de agregado familiar

Categorias:	Oleiros	P. Nova	Sertã	V. Rei	Mação	PIS
Ser Solteiro	3	8	10	2	6	29
Casos Morte cônjuge/ Individ não ter regressado	3	0	6	3	2	14
Cônj. nunca emigrou	42	19	54	15	28	158
TOTAL	48	27	70	20	36	201
Casais com filhos	56	65	89	19	19	248
Agreg. Casais sem filhos	41	39	60	24	29	193
Famil. Homem ou Mulher com filhos	3	3	5	1	2	14
TOTAL	100	107	154	44	50	455
Filhos regressados (total)	94	124	155	40	39	452
Pessoas regressadas (total)	338	362	528	147	173	1548

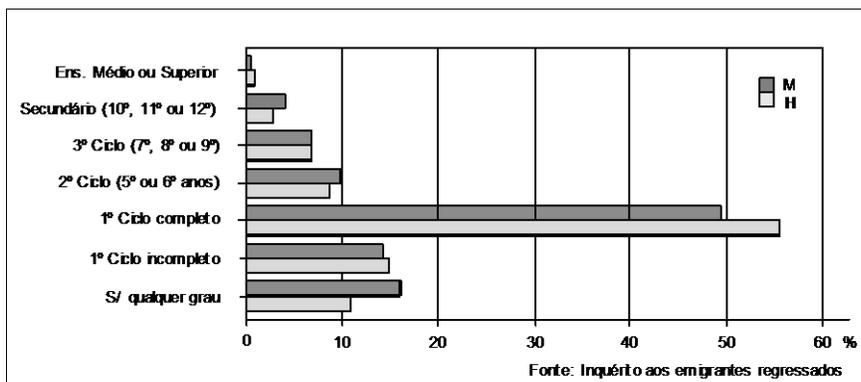
Fonte: Inquérito pessoal a emigrantes regressados.

No caso do regresso de vários membros do agregado familiar (69% dos casos da amostra), a situação mais comum (55%) foi a dos filhos (pelo menos de alguns deles) regressarem com os pais. Dos 193 casais que regressaram sem os filhos, 60% correspondem a situações em que estes ficaram no país/área de imigração, 21% a casais cujos filhos nunca saíram do PIS, enquanto os restantes casos (19%) dizem respeito a casais sem filhos.

¹⁰ Nas famílias regressadas com filhos, foi difícil apurar a idade destes últimos, devido a dúvidas e imprecisões nos dados fornecidos por muitos pais; por isso, não foi possível analisar esta variável com mais pormenor.

¹¹ Incluem-se aqui três situações diferentes: a) morte do cônjuge no país/área de emigração; b) separação do casal por divórcio; c) adiamento do regresso de um dos cônjuges que tem intenção de vir mais tarde.

Figura 1 - Grau de escolaridade dos emigrantes de longa duração, já regressados



O grau de escolaridade da população adulta regressada é muito baixo (fig. 1), à semelhança do que sucede com a população residente no seu todo¹²: 11% dos homens e 16% das mulheres nunca frequentou a escola, mais de metade tem como habilitação máxima a antiga 4ª classe e apenas 19,7% prosseguiu para outros graus de ensino; os mais escolarizados são em número muito reduzido, contando-se apenas 3% com frequência do ensino secundário e 0,7% com ensino médio ou superior.

Homens e mulheres não apresentam diferenças significativas nos graus de escolaridade, embora, no seu conjunto, as mulheres sejam menos letradas do que os homens. Entre os que concluíram o 1º ciclo contam-se 7% mais homens do que mulheres, enquanto nos que nunca foram à escola a diferença cifra-se em 6% em desfavor destas últimas. Nos graus de ensino mais elevados (excepto no ensino médio e superior) verifica-se, no entanto, uma tendência contrária, sendo a proporção de mulheres ligeiramente superior à de homens.

6. Os resultados

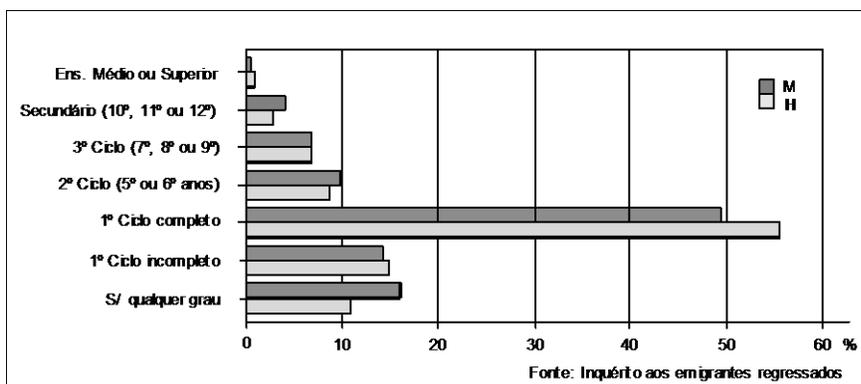
A análise dos dados da amostra revela¹³ que mais de 41% dos emigrantes regressados ao PIS, após 1975, viviam em França, enquanto, na

¹² Os dados do último recenseamento (2001), indicam que mais de 1/5 dos residentes no PIS não possui qualquer grau de ensino e apenas 34,6% ultrapassou o 1º Ciclo (antiga 4ª classe), sendo que, os mais escolarizados (com 3º ciclo ou superior) não iam além dos 15%.

¹³ Todas as tendências reveladas pela amostra devem ser vistas com cuidado, porque apenas se baseiam nos regressados para o PIS, desconhecendo-se, de todo, qual a percentagem dos que preferiram residir em outras áreas do território nacional e quais as motivações que os

Suíça e na Alemanha (outros destinos preferenciais fora do território nacional) viviam apenas, 18% e 11%, respectivamente (fig. 2). Apesar disso, entre os regressados à área de estudo, contam-se emigrantes de áreas muito diversas: países europeus (Espanha, Bélgica, Holanda, Luxemburgo e Reino Unido); países africanos (tanto de expressão oficial portuguesa — Angola e Moçambique¹⁴ — como noutros — África do Sul, Zaire e Zimbabwe); países da América do Norte (Canadá e EUA) e do Sul (Brasil e Venezuela), da Austrália e também do Médio Oriente (Israel e Iraque).

Figura 2 - Países / áreas de destino dos emigrantes de longa duração



Entre os emigrantes em território nacional, já regressados, a maior proporção coube a ex-residentes na Área Metropolitana de Lisboa (quase 1/5 do total dos regressados) — sem dúvida um dos principais destinos de saída da população —, e apenas um número muito reduzido (2,3%) a emigrantes de outras áreas do País¹⁵.

A distribuição da proveniência dos emigrantes, segundo o local de residência no PIS (quadro 6) revela que, dos 1 548 emigrantes regressados, 34,1% reside actualmente no concelho da Sertã (o mais populoso da área em estudo), seguindo-se-lhe, por ordem de importância, Proença-a-Nova

levaram a preferir a sua área de origem. Não se sabe, por exemplo, se entre os regressados dos vários países, existe maior probabilidade de optar pela área de origem, ou não.

¹⁴ Entre os emigrantes dos países africanos de língua oficial portuguesa não se incluíram os denominados “retornados” (como já foi referido), que chegaram a Portugal em consequência directa da descolonização desses países.

¹⁵ Abrantes/Alferrarede, Caldas da Rainha, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Leiria, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Vila Velha Ródão, Vila Viçosa, Vizela e também um caso dos Açores.

(23,4%), Oleiros (21,8%), Mação (11,2%) e, por último, o concelho de Vila de Rei (com apenas 9,5%) mas também o de menor população residente¹⁶.

Quadro 6 - Repartição dos emigrantes da amostra, por países de emigração e concelhos de residência

Países/áreas de Emigração	Oleiros		P.-Nova		Sertã		Vila Rei		Mação		P I S	
	Nº pess.	% jov.	Nº pess.	% jov.								
França	217	18,9	156	15,5	171	9,8	50	12,9	48	7,5	642	13,2
Suíça	32	3,6	104	9,4	120	8,1	12	1,4	13	1,2	281	6,0
Alemanha	15	0,9	28	3,9	69	4,2	25	6,8	37	6,9	174	3,9
Out. Europa	9	1,5	1	0,0	19	1,1	9	2,7	3	0,6	41	1,0
Israel, Iraque	0	0,0	0	0,0	1	0,0	0	0,0	2	0,0	3	0,0
Brasil, Venez	2	0,0	10	1,4	9	0,8	0	0,0	0	0,0	21	0,6
Canadá, EUA	0	0,0	0	0,0	11	0,8	5	1,4	3	0,0	19	0,4
Austrália	4	0,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	0,1
África	7	0,9	4	0,6	14	0,8	2	0,0	5	1,7	32	0,8
A.M.Lisb.	48	1,5	48	3,0	106	3,8	42	2,0	51	2,9	295	2,8
Outr. Portug	4	0,0	11	0,6	8	0,0	2	0,0	11	1,7	36	0,3
Total	338	27,8	362	34,3	528	29,4	147	27,2	173	22,5	1548	29,2

Fonte: Inquérito pessoal a emigrantes regressados

Entre os dados disponíveis, a baixa percentagem de regressos no concelho de Mação é a que causa maior surpresa, porque sendo o terceiro concelho mais populoso do PIS e o terceiro em dimensão, apenas recebeu pouco mais de 1/10 dos emigrantes regressados. Entre as possíveis explicações, duas nos parecem mais plausíveis: a primeira, resulta da menor atractividade do concelho aos potenciais regressados, comparativamente a Proença-a-Nova e Sertã, que registaram um maior e mais precoce desenvolvimento, ainda bem visível quando se percorre a “região”¹⁷; a segunda, devido a eventuais diferenças, nos destinos da emigração (hipótese impossível de averiguar, com rigor, devido a ausência de informação), uma vez que os dados disponíveis nas estatísticas oficiais do INE, (apenas sobre emigração legal) não revelam diferenças significativas no número de emigrantes saídos dos quatro maiores concelhos, entre 1960 e 1988 De acordo

¹⁶ Com 7,5% dos residentes no PIS, em 2001.

¹⁷ Este desenvolvimento pode traduzir-se em diferentes variáveis: melhores vias de comunicação, maior desenvolvimento do tecido empresarial, maior ritmo de crescimento demográfico e de expansão urbana da sede de concelho, etc.

com os anuários estatísticos do INE, entre 1960 e 1988, terão saído dos concelhos do actual PIS, 5 983 pessoas, repartidas da seguinte forma (quadro 7):

Quadro 7 - Origem dos emigrantes do Pinhal Interior Sul, PIS, 1960-1988

	Oleiros	P. Nova	Sertã	Vila Rei	Mação	Total
Nº	1 296	1 496	1 396	440	1 355	5 983
%	21,7	25,0	23,3	7,4	22,6	100,0

A composição por sexos entre os emigrantes regressados, é muito equivalente em todos os concelhos (58 homens por cada 100 regressados); entre eles, contam-se quatro centenas e meia de crianças e jovens (29%), filhos de emigrantes, de idades muito variadas, que acompanharam os pais no regresso ao PIS. As maiores fracções correspondem, como seria de esperar, aos concelhos com maior número de regressos (Sertã: 35%; Proença-a-Nova: 27%) e as menores aos concelhos de Vila de Rei e Mação (com menos de 9%, cada um). A sua proveniência sobrepõe os principais destinos dos emigrantes regressados, cabendo à França (45%), à Suíça (21%) e à Alemanha (14%) quase 4/5 do total destes regressados, enquanto os provenientes de outras áreas do território nacional representam pouco mais de 1/10 (menos de 11%).

No momento da chegada ao PIS, a maioria dos adultos regressados encontrava-se em plena idade activa, tendo 61% dos homens e 65% das mulheres menos de 50 anos de idade, o que contradiz, a ideia generalizada, de que a maioria dos regressados veio na idade da reforma ou muito próximo dela. Os dados da amostra revelam que o número de indivíduos adultos com 65 ou mais anos, no momento da chegada, apenas representava cerca de 6% das mulheres e 7% dos homens, enquanto nos escalões etários entre os 20 anos e os 40 anos de idade atingiam 35% e 41%, respectivamente.

Os regressos de homens e mulheres revelaram algumas diferenças de comportamento, principalmente entre os mais novos (<30 anos de idade) e os de idade mais avançada (≥65 anos). Entre os mais jovens, a proporção de mulheres é 6% superior à de homens, podendo o cumprimento do serviço militar obrigatório (nos homens) ser, em grande parte, responsável por essa diferença. Entre os indivíduos com mais de 65 anos, os homens são mais numerosos que as mulheres (pouco mais de 3%), explicando-se esta diferença pela conjugação de dois factores: primeiro, o facto de, entre casais, a idade do homem ser normalmente superior à da mulher em um a dois anos; segundo, porque, às vezes, as mulheres regressam a Portugal primeiro do que os maridos, por causa dos filhos irem para a escola ou para

prepararem a casa de residência, enquanto os homens tratam dos aspectos burocráticos do regresso ou aguardam pelo limite da reforma, por exemplo.

Homens e mulheres residentes nos vários concelhos apresentam diferenças assinaláveis de idade no momento do regresso: nos homens, é nos dos concelhos da Vila de Rei e de Proença-a-Nova que surgem as idades médias e medianas mais baixas (41-43 anos) e em Oleiros as mais elevadas (48-50 anos); nas mulheres, as tendências repetem-se nos mesmos concelhos, variando a idade no regresso entre os 38-42 anos, em Vila de Rei e Proença-a-Nova, e os 44-47 anos em Oleiros e em Mação. Os tempos de emigração de uns e outros são igualmente diferentes, com médias e medianas de 19-20 anos nos homens e 15-17 anos nas mulheres, sendo muito semelhantes as tendências nos vários concelhos. Em geral, os emigrantes em território nacional tendem a regressar mais velhos (50-54 anos), e com tempos de emigração mais elevados (27 anos para as mulheres e 28 para os homens) e os dos países europeus a regressar mais novos (43-44 anos de idade) e com menores tempos de emigração (14-16 anos nos homens e 13-14 anos nas mulheres).

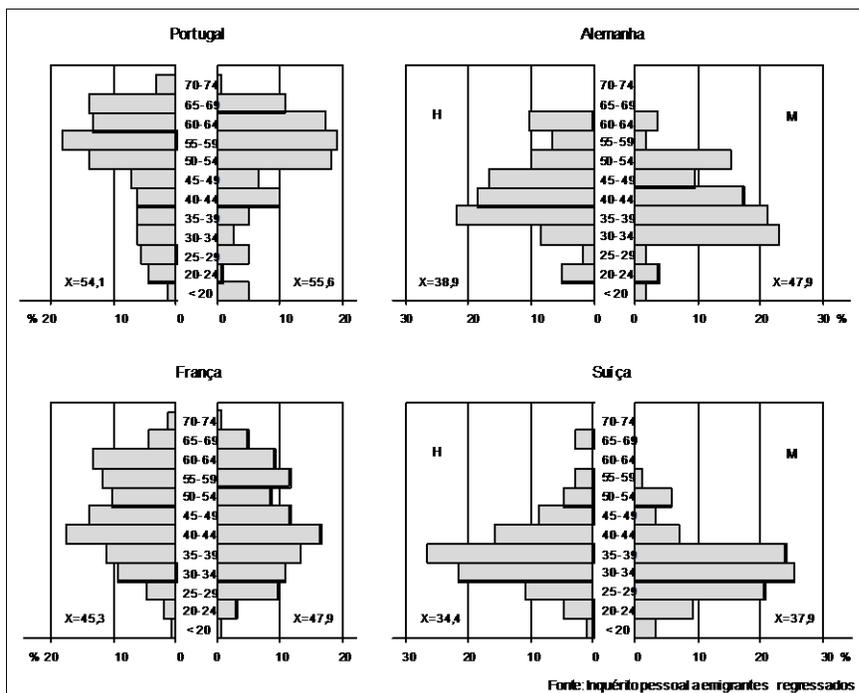
A análise por grupos etários¹⁸, tendo em conta os quatro principais países de proveniência dos inquiridos, revela diferenças assinaláveis, relacionadas, principalmente, com o tempo de permanência nesses países de acolhimento (fig. 3). Entre eles, o grupo dos provenientes da Suíça é o que apresenta o perfil mais rejuvenescido (média de idades =34,4 anos nas mulheres e 37,9 anos nos homens) com apenas 15% de indivíduos acima dos 44 anos, ao contrário dos emigrantes vindos das várias áreas do território nacional, com o perfil mais envelhecido (médias de 54,1 anos e 55,6 anos, respectivamente): 71% tinha mais de 44 anos de idade no momento do regresso e 30% mais de 60 anos.

Em posições intermédias encontramos os regressados da França e da Alemanha mas, também eles com diferenças assinaláveis: os de França têm como principal característica apresentarem uma distribuição relativamente equilibrada pelos vários grupos etários (embora mais numerosos nas idades intermédias); os da Alemanha distinguem-se, essencialmente, pelas diferenças notáveis no número de indivíduos regressados com menos e mais de 30 anos de idade que, no primeiro caso, é de apenas 7%. Por outro lado, não há regressos de indivíduos acima dos 65 anos, eventualmente, porque deixam o país logo que atingem a idade de reforma¹⁹.

¹⁸ Excluindo os filhos dos emigrantes, que com eles regressaram.

¹⁹ Note-se, pela observação na pirâmide etária, que o grupo de indivíduos entre 60 e 64 anos de idade é substancialmente maior que o grupo anterior (sobretudo nos homens), corroborando, precisamente, esta afirmação.

Figura 3 - Pirâmides de idades dos adultos, no momento do regresso, segundo as principais proveniências



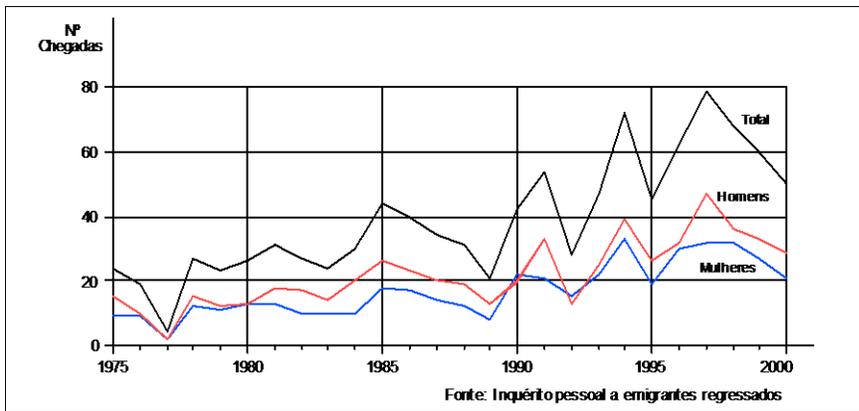
O número de chegadas de emigrantes de longa duração ao PIS caracteriza-se por uma forte irregularidade interanual porque depende, em grande parte, da combinação de vários factores específicos que motivam o regresso de cada agregado familiar em concreto²⁰. Contudo, entre a aleatoriedade das situações, esboçam-se duas tendências bem visíveis na figura 4: a primeira, refere-se à maior irregularidade no número de chegadas na década de 90, em relação à década anterior, e para a qual não encontramos uma justificação convincente; a segunda diz respeito (apesar da irregularidade), à tendência crescente no número de regressados, pelo menos até 1997²¹ que embora possa, de facto, existir, nos merece algumas reservas,

²⁰ Por exemplo, do início do ano escolar dos filhos, da obtenção da reforma, da perda do seu posto de trabalho, de problemas de insegurança / instabilidade político-social, etc.

²¹ Note-se que os dados de 2000 correspondem ao ano de recolha de informação não correspondendo a um ano completo; por isso, não se pode afirmar ter havido uma tendência decrescente no último ano, embora entre 1997 e 1999 ela tenha, de facto, ocorrido. Além disso, no concelho de Vila de Rei e em algumas áreas de outros concelhos, a recolha de informação terminou em 2000 desconhecendo-se se posteriormente houve mais regressos.

relacionadas com a metodologia adoptada. Sendo o número de inquiridos, apurado através de conversas informais com a população residente em cada localidade (e apesar de se considerarem mais fontes), é perfeitamente crível que questões que apelem à memória das pessoas sofram de alguma distorção, pois, como refere Peixoto (1998:33), “à medida que nos afastamos do momento censitário, entra-se numa subavaliação crescente dos migrantes”.

Figura 4 - Evolução do número de chegadas de emigrantes de longa duração



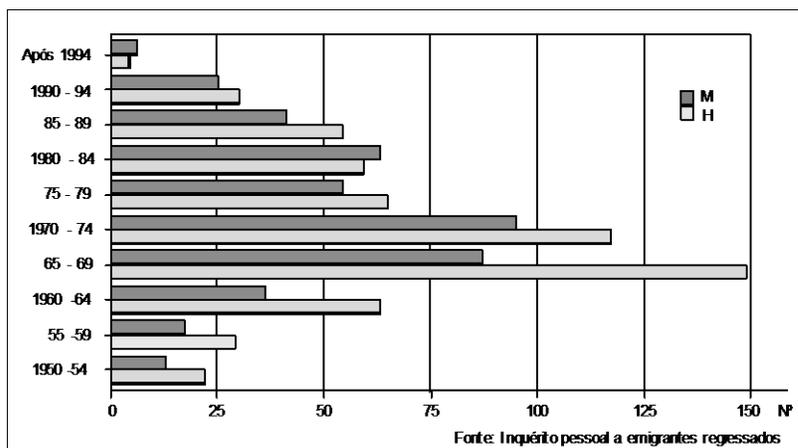
Os dados disponíveis revelam que, mais de metade dos inquiridos (51%), regressou já na década de 90, totalizando mais de cinco centenas e meia de chegadas ao PIS, contrariamente à década anterior onde, apesar das ressalvas já enunciadas, o número pouco ultrapassou as três centenas, o que, mesmo assim, é significativo no contexto da região. A evolução no número de chegadas parece semelhante nos indivíduos de ambos os sexos embora os homens tenham sido sempre mais numerosos do que as mulheres, porque também emigraram em maior número²².

Mais de 3/5 (62%) destes migrantes saiu do PIS, ainda antes do 25 de Abril de 1974, tendo sido entre 1965 e 1974 que o número de saídas foi mais elevado (42% dos inquiridos). Foi também nestes dois quinquénios que a diferenciação por sexos foi mais expressiva, principalmente no primeiro (1965-69), em que a partida de homens foi quase vez e meia superior à de mulheres. Dos inquiridos que emigraram após 25 de Abril de 1974, 60%

²² Note-se que mais de centena e meia de casais inquiridos correspondem a situações em que apenas o homem esteve emigrado, permanecendo a mulher na região.

saiu nos primeiros dez anos e apenas 16% na década de 90, o que não significa, necessariamente, que houve uma quebra na emigração embora ela pareça ter ocorrido²³ (fig. 5).

Figura 5 - Repartição dos emigrantes regressados, por quinquénio de saída do PIS



Entre os inquiridos contam-se homens e mulheres com uma “vida inteira passada” na emigração, alguns dos quais por mais de 50 anos. É, por exemplo, o caso do mais antigo emigrante entrevistado, que partiu para Lisboa em 1925, levando a mulher dois anos depois; passado meio século (a maior parte do qual foi motorista de profissão) resolveu voltar à terra de origem para o merecido descanso, regressando com ele, naturalmente, a esposa.

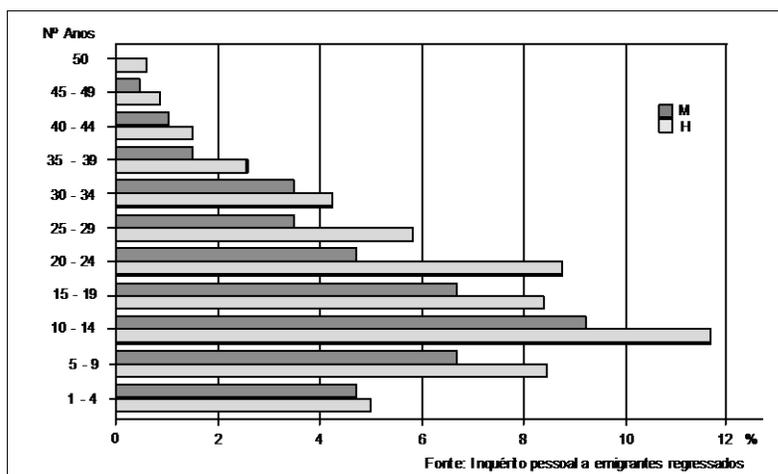
Embora apenas sete pessoas, ainda vivas (uma das quais mulher), tenha um historial de emigração tão longo, é significativo que 2/5 (39%) tenha emigrado por mais de 20 anos, e 16% por mais de trinta, ao fim dos quais entenderam voltar à área de origem; mas o número de emigrantes que se ausentaram da sua terra menos de 10 anos é igualmente significativo (25%).

Normalmente, o regresso “definitivo” a Portugal não foi consequência apenas de um único factor mas sim da conjugação de vários, dependendo o desfecho da ponderação que se atribuiu a cada um deles; regressar é, quase sempre, uma decisão difícil de tomar que se adia vezes sem conta e, na qual, nem todos os membros do agregado familiar partilham da mesma opinião. Só situações muito particulares — como, por exemplo, as de instabilidade

²³ Não existem dados estatísticos que confirmem esta afirmação.

política que põem em causa a integridade física dos emigrantes — motivam decisões urgentes como foi o caso de alguns dos inquiridos vindos da Venezuela ou da África do Sul.

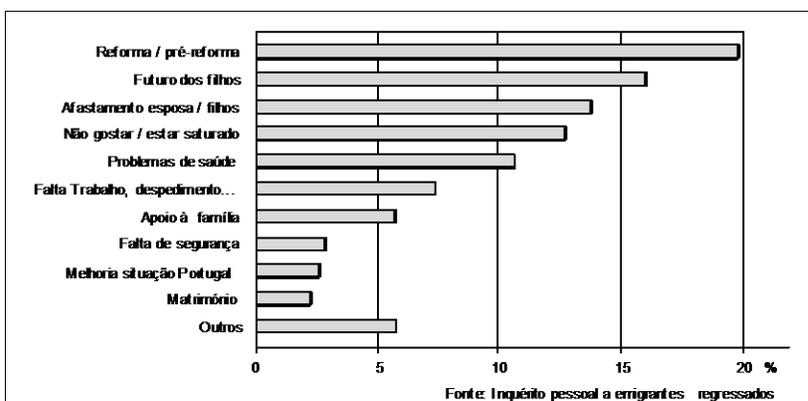
Figura 6 - Repartição dos emigrantes por número de anos de emigração



Nos emigrantes de longa duração o factor que motivou o maior número de regressos foi a situação de poder usufruir um rendimento fixo mensal sem ter que trabalhar (20% dos inquiridos) (fig. 7). Neste caso, estão incluídas as situações de reforma por idade (7%) embora, na maior parte dos casos, a principal razão se deva a políticas dos países receptores de emigração que oferecem incentivos para o regresso dos imigrantes ao seu país, muito antes de atingirem o limite de idade: são as reformas antecipadas. Um exemplo de sucesso de políticas deste género foi o denominado “auxílio ao retorno” implementado em França, em Junho de 1977, e cuja consequência foi a saída de 58 475 imigrantes do país, 42% dos quais portugueses (24 563 pessoas), de acordo com um estudo da época²⁴.

Figura 7 - Motivos principais do regresso dos emigrantes de longa duração

²⁴ Documento de Trabalho Preliminar com vista a um Esquema de Ordenamento do Território, do Centro de Estudos de Planeamento, Lisboa, 1977, citado em STAHL (1982:58).



A segunda razão mais importante do regresso para o PIS foi induzida pelos filhos dos emigrantes (16%), não tanto pela pretensão de quererem viver em Portugal²⁵ (3%) mas, principalmente, pela decisão dos pais de proporcionarem uma boa escolarização aos seus filhos numa escola portuguesa (87%) e assim se poderem integrar, mais facilmente na sociedade. Contudo, 1/10 dos inquiridos admitiu que o regresso se deveu à tentativa de proteger os filhos de alguns problemas sociais como a droga e a delinquência, que, infelizmente, também já existem no PIS.

Os aspectos familiares propriamente ditos, relacionados com o afastamento do cônjuge (esposa) e, frequentemente, também dos filhos, constituíram o terceiro principal motivo, determinando, de acordo com a amostra, o regresso de 14% dos inquiridos, um pouco mais do que a saturação de estar emigrado ou gostar mais de viver no país de origem (13%). Em quinto lugar, com uma importância de certo modo inesperada (11%), encontram-se os problemas de saúde, responsáveis por mais de 1/3 das situações que afectam os chefes de família, sendo-lhes atribuída uma pensão de invalidez. É certo que muitos dos problemas de saúde não são consequência directa da actividade exercida mas, em 15% dos inquiridos, resultou, directamente, de graves acidentes de trabalho, em que as quedas (com graves lesões na coluna cervical) e as amputações por máquinas industriais, ocupam os lugares cimeiros.

²⁵ Grande parte do interesse por Portugal deriva das férias que aqui vêm passar, tendo, por isso, uma ideia frequentemente errada do país e da região. Quando regressam, a primeira desilusão que têm é o fraco movimento dos lugares fora da época estival e, a segunda, é a impreparação para lidar com o Inverno: apesar de pouco rigoroso, desconhecem por completo as deficientes condições térmicas da generalidade das habitações, ao contrário do que acontece nos outros países europeus.

Os assuntos relacionados com a actividade profissional (pouco mais de 7%), apenas aparecem em sexto lugar e incluem, basicamente, três situações distintas: a perda do emprego devido à falência da empresa onde exerciam a profissão, com conseqüente indemnização (46%), a oportunidade de emprego por conta de outrém, em Portugal (27%) e a opção de ter um negócio por conta própria (21%). A dureza do trabalho executado apenas foi referida em 6% das respostas deste grupo.

A idade avançada, a debilidade física ou a doença de familiares directos dos emigrantes (pais, sogros, etc.), residentes em Portugal, foram, igualmente, outra razão determinante para o regresso, principalmente quando nenhum outro familiar pôde dar o necessário apoio ou faltaram estabelecimentos que os acolhessem (centros de dia / lares de terceira idade); estas situações, juntamente com o desamparo inesperado de um dos ascendentes directos dos emigrados (por falecimento do outro), foram responsáveis por quase 6% dos regressos ao PIS.

A falta de segurança nos países de acolhimento (2,8%) e a melhoria da situação económica e social em Portugal (2,6%) ocupam posições bem mais modestas no rol das principais causas, um pouco acima dos regressos por motivos de matrimónio (2,2%) que, mesmo assim, determinaram a chegada de dezena e meia de emigrantes ao PIS. Várias outras razões poderiam ser enumeradas mas todas com pequeno significado; é o caso da influência directa de familiares e amigos cuja integração na comunidade de origem foi bem sucedida ou ainda ocorrências inesperadas como as situações de divórcio ou viuvez; contudo, nenhuma delas contribuiu para o regresso de mais de 1% dos inquiridos.

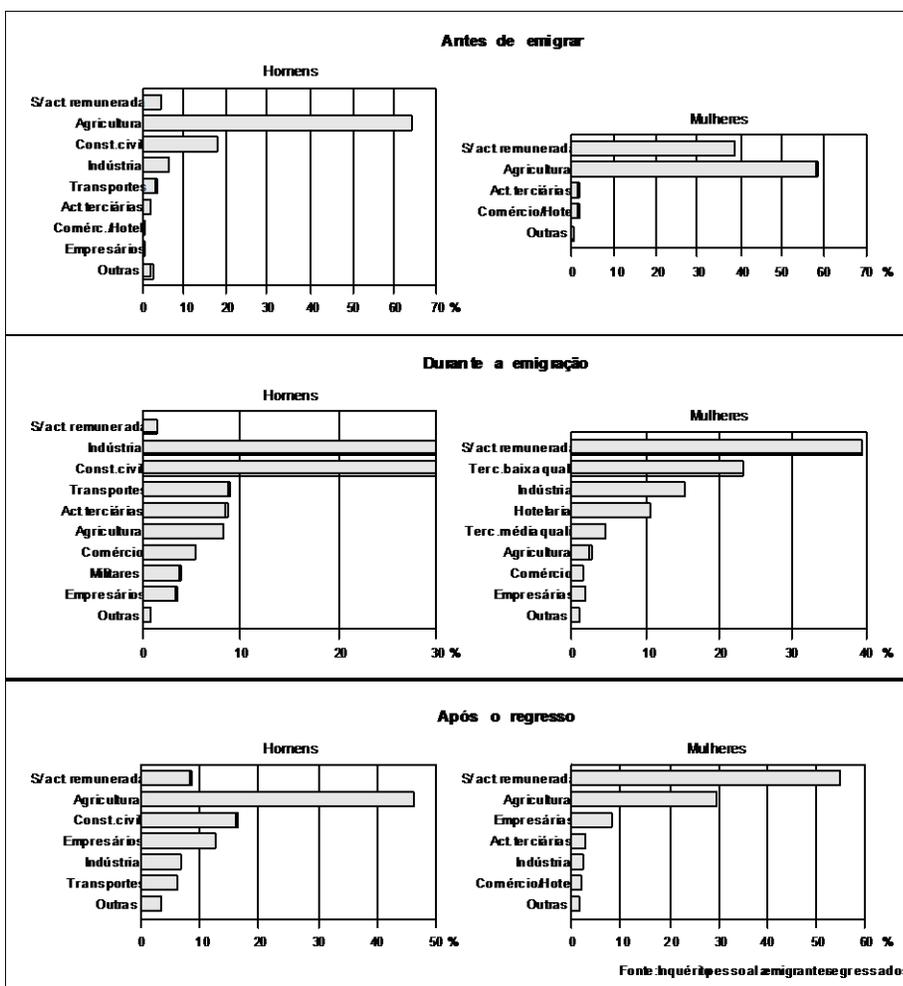
Antes de emigrar, homens (64%) e mulheres (58%) dedicavam-se maioritariamente à actividade agrícola de subsistência, ainda que as tarefas exercidas por cada um fossem diferentes (fig. 8). À mulher cabia, além da agricultura, todas as lides domésticas e o cuidado dos filhos (à época relativamente numerosos), enquanto os homens, completamente ausentes na ajuda aos serviços domésticos, tinham, em contrapartida, as tarefas mais difíceis e pesadas. A actividade agrícola era frequentemente complementada com ocupações não agrícolas: uns, colhendo resina por conta própria nos pinhais da “região”; outros abrindo poços e minas necessários para a irrigação, trabalho que sempre foi um dos mais difíceis e perigosos, e a que nem todos se sujeitavam. Foi neste ambiente de enormes dificuldades, em grande parte pela falta de trabalho remunerado que, há várias dezenas de anos levou, duas vezes por ano, muitos beirões a agarrar as duas principais oportunidades de trabalho: as ceifas no Alentejo (ratinhos) e a colheita de azeitona na *borda d'água* (áreas envolventes do rio Tejo).

Para os que ousaram emigrar, a profissão que tinham na sua aldeia de nada lhes serviu. De acordo com os dados do inquérito, a esmagadora maioria dos emigrantes do sexo masculino tornou-se operário industrial (30%) ou trabalhou na construção civil (30%), enquanto a agricultura absorveu, apenas, cerca de 8% do total da mão-de-obra masculina inquirida. O terceiro ramo de actividade mais importante, os motoristas de transportes, concentrava menos de 9% dos activos, quase 3/4 dos quais estavam emigrados em território nacional e na França. Pouco mais de 4% do total dos emigrantes trabalhava na hotelaria ou na restauração, dos quais 2/3 vivia na Suíça. Entre os proprietários de estabelecimentos comerciais contavam-se apenas emigrantes em território nacional em número muito reduzido (11). O sector terciário, incluindo o terciário não qualificado, tinha pouca importância na mão-de-obra masculina (8,5%), ao contrário da feminina, onde ocupava a segunda posição (28%).

A principal característica feminina na emigração foi a elevada percentagem de mulheres sem actividade remunerada (quase 40%), sendo em Portugal e em França onde foi mais elevada (54% e 41%, respectivamente). Ao contrário do emprego masculino, concentrado maioritariamente em apenas dois ramos de actividade (indústria e construção civil), o emprego feminino, no seu conjunto, apresentava uma maior diversificação profissional. As actividades terciárias de baixa e muito baixa qualificação, eram as mais representadas, cabendo-lhes mais de 23% do emprego feminino, destacando-se a França como o país com a maior proporção de “empregadas de limpeza”: 27% do emprego total, ou seja, 96% de todo o emprego em actividades terciárias. Em segundo lugar estava o emprego na indústria com pouco mais de 15% do total dos activos, a maior parte do qual também localizado em França (52%) e na Alemanha (31%). A hotelaria e a restauração aparecia em terceiro lugar, empregando quase 11% das mulheres emigrantes, maioritariamente na Suíça onde esta actividade concentrava 62% do emprego total feminino. Muitas outras actividades compunham o rol do emprego de homens e mulheres durante a emigração mas, nenhuma com expressão digna de nota.

Após o regresso, as actividades predominantes dos ex-emigrantes inquiridos foram substancialmente diferentes. Um primeiro dado curioso é o de apenas 8,5% dos homens não exercer nenhuma actividade após o regresso, ainda que, alguns deles, tivessem regressado há pouco tempo, aquando da entrevista, e outros tivessem já tido empregos remunerados mas, à data do inquérito, encontravam-se sem ocupação.

Figura 8 - Actividade profissional dos emigrantes regressados



A agricultura por conta própria é a actividade da maior parte dos emigrantes regressados (46% dos homens e 29% das mulheres), ainda que do seu exercício não derive, directamente, um rendimento certo, uma vez que os produtos obtidos, salvo raras situações, não entram nos circuitos comerciais; exceptuam-se, naturalmente, os dois produtos de excelência da “região”: o azeite e o pinho; o primeiro, em franca decadência pelo abandono dos olivais, o segundo fortemente afectado pelos incêndios que têm sido o maior flagelo em toda a área, pelo menos ao longo das duas últimas décadas.

A construção civil surge em segundo lugar na ocupação dos ex-emigrantes (16%), seguida de perto pelos empresários (12,6%), categoria

que engloba proprietários de estabelecimentos comerciais (39%) (cafés, restaurantes, comércio alimentar ou outro), industriais (60%) e na área dos transportes (táxis) (1%). A pouca indústria do PIS emprega menos de 7% do total da mão-de-obra masculina regressada, pouco mais do que os transportes (motoristas) com 6%.

A maioria das mulheres regressadas não tem actividade remunerada (55%) e as que a têm, ocupam-se principalmente na agricultura (29%), cabendo o terceiro lugar a proprietárias de estabelecimentos comerciais (8%) tanto nas sedes de concelho (sapataria, ourivesaria, minimercado, café / restaurante, etc.) como nas mais pequenas e recônditas aldeias (quase sempre associando a mercearia ao café). A indústria no seu conjunto (brinquedos, alimentar, madeiras, etc.) quase não tem expressão no emprego feminino (2,3%), sendo a fábrica “Stefann” (brinquedos), em Oleiros, a principal empregadora.

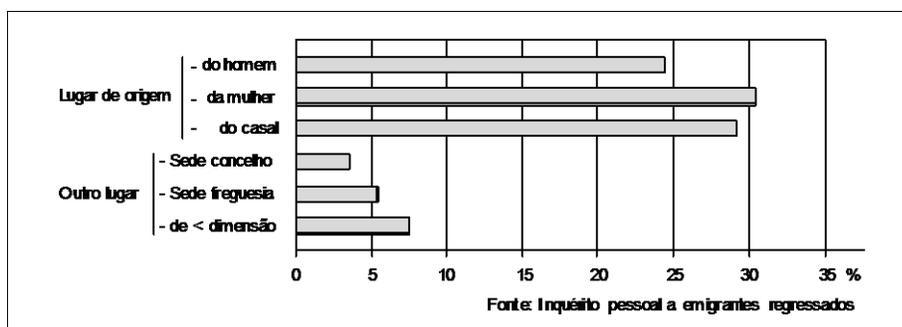
Em relação aos filhos dos emigrantes inquiridos, verifica-se que o número dos que optou por ficar nas áreas de emigração é bastante inferior aos que acompanharam os pais no regresso ao PIS (27% contra 38%); é de notar que 31% não chegou a emigrar apesar de seu(s) pai(s) o terem feito. Neste caso, a maior parte dos jovens e crianças que não chegou a sair (80%) corresponde a situações em que apenas um dos membros do agregado familiar emigrou o que, à partida, pode indiciar uma opção familiar nesse sentido. No entanto, as decisões não são apenas da responsabilidade dos pais, dependendo também da educação dos filhos, da sua idade, das opções escolares, e de muitas outras influências que, às vezes, escapam ao domínio dos pais. A análise mais pormenorizada, permite constatar que entre os ex-emigrantes dos vários concelhos, são os de Mação (70%) e Vila de Rei (61%), que mais tendem a deixar os filhos nas áreas de emigração e os de Prouença-a-Nova (58%) que mais tendem a trazê-los, mas as diferenças não são significativas. Os emigrantes na Europa tendem muito mais a voltar acompanhados pelos filhos (83%), que são uma das razões do seu regresso, do que os emigrantes nacionais (38%) sendo a Suíça (de entre os três principais países europeus) o que apresenta a percentagem mais elevada (62%).

Os filhos de emigrantes que, durante a emigração dos pais, não saíram do PIS, apresentam diferenças substanciais nos seus percursos: em quase 53% dos agregados, todos os filhos do respectivo agregado familiar, acabaram por sair do PIS, dos quais 33% optaram por outras áreas de Portugal e menos de 4%, por países estrangeiros. Noutros casos (25%), enquanto alguns preferiram emigrar (para outras áreas do país ou para o estrangeiro), outros permaneceram na “região”. No final, à data da realização do inquérito, apenas em pouco mais de 20% dos agregados os

filhos não haviam migrado, o que não significa que doravante não o façam, em virtude de muitos deles serem ainda jovens.

Ao regressar, mais de 4/5 dos emigrantes entrevistados (84%) revelou ter preferido residir no local de origem, apesar de, entre os casais, se verificar uma ligeira vantagem na preferência pela terra natal da esposa (30%) comparativamente à do marido (24%) (fig.9). Outro dado curioso é a elevada percentagem de casais (29%) cuja terra de origem é a mesma, o que, além de revelar uma considerável propensão para os residentes contraírem matrimónio com pessoas da mesma localidade²⁶ (pelo menos até há alguns anos), acentua, naturalmente, as probabilidades do regresso se efectuar para o local de origem, pois, como dizem, “*ambos «puxam» para o mesmo sítio*”.

Figura 9 - Opção de residência dos agregados familiares regressados²⁷



Do conjunto, muitos poucos (16%) optaram por residir noutro local e, entre os que o fizeram, a maioria escolheu locais muito próximos da terra de origem, às vezes de menor dimensão, mas cujas características intrínsecas lhes foram mais apelativas (melhores acessos, melhores vistas panorâmicas, etc.); e menos são ainda os que se sentiram atraídos pelas sedes de concelho (3,5%) ou freguesia (5%). Entre as várias razões apontadas a principal refere-se, quase sempre, ao querer “voltar às origens” onde têm a família e os haveres, embora os investimentos efectuados ainda durante a emigração

²⁶ Monteiro (1985) constatou a mesma situação de *endogamia local*, quando estudou nove lugares agro-pastoris da Serra da Lousã, associando-a ao fenómeno migratório. Ao que apurou naquele caso, a explicação relacionava-se com o “...*argumento de que o camponês [solteiro] que volta de uma ausência de vários anos [de emigração] não tem conhecimentos ou relações fora do lugar onde nasceu, porque não foi a outros lugares trabalhar (...) ou dar dias, não foi ao mercado, às feiras, às festas, etc., e tão pouco tem tempo suficiente, ao vir à terra, para estabelecer essas relações fora do seu lugar ou dos lugares mais próximos...*” (p.136).

²⁷ Excluindo os indivíduos solteiros.

— nomeadamente a construção da casa de habitação, — pareçam ser determinantes na opção de escolha.

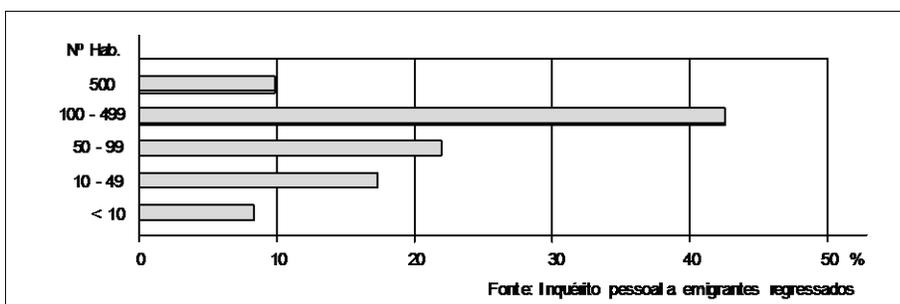
A comparação entre o número de regressados e a população do lugar onde residem (fig. 10), revela que os sete lugares mais populosos do PIS²⁸ (≥ 500 habitantes, em 1991), atraíram, apenas cerca de 1/10 do total de regressados, só um pouco mais do que os sítios isolados. Todavia, os que optaram por lugares com mais de 100 habitantes foram em número equivalente aos dos lugares de menor dimensão (52% contra 48%) ainda que, estes últimos, sejam três vezes e meia mais numerosos. Ainda assim, nos lugares entre 100 a 500 habitantes residem mais de 2/5 (43%) das famílias regressadas, bastante mais do que nos de 50 a 100 habitantes, onde apenas se fixaram pouco mais de 1/5 de todos eles.

A esmagadora maioria dos regressados afirma que não se arrependeu de deixar o país/região de emigração, embora um número considerável reconheça que as dificuldades sentidas nos primeiros meses de integração os levaram, por vezes, a pensar se o regresso não havia sido um tremendo erro. Quase sempre as razões que motivaram a vinda prevaleceram sobre a decisão de ficar; contudo, detectaram-se algumas situações em que o arrependimento originou novo regresso ao país de acolhimento (França e Alemanha), alguns meses depois.

Entre um vasto conjunto de factores que pode contribuir para o descontentamento dos recém-chegados, destaca-se a perda de um modo de vida a que durante anos se foram habituando, o fim de um emprego relativamente bem remunerado, o afastamento dos filhos que muitas vezes por lá ficaram e, principalmente para as mulheres, um emprego que lhes faz lembrar e deixa saudade, mais “limpo” que o trabalho na agricultura, mesmo “de entretém”.

Figura 10 - Emigrantes regressados, segundo a população do lugar de residência

²⁸ Proença-a-Nova (1 822 hab.), Sertã (1 664), Mação (1 376), Oleiros (732), Cernache do Bonjardim (712), Ortiga (647) e Sobreira Formosa (589 hab.).

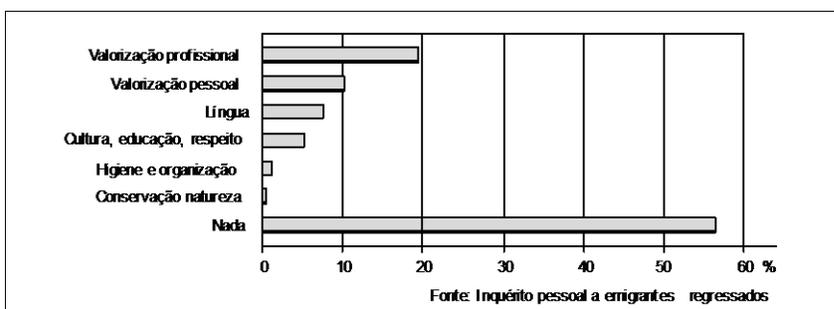


Porém, os dados apurados na amostra revelam que ultrapassadas as primeiras dificuldades de integração, acabam por se habituar ao novo “estilo de vida”, sendo reduzida a percentagem dos que, actualmente, ainda se sentem arrependidos de ter voltado para o PIS. Solteiros e casados aparecem com taxas muito próximas, mas registando-se algumas diferenças entre homens e mulheres: 4% nos homens solteiros e 9% nos casados, contra, respectivamente, 16% e 15%, nas mulheres em situação equivalente, o que significa que a esmagadora maioria dos emigrantes regressados pensa ter tomado a decisão mais acertada. Mesmo nos agregados familiares, homem e mulher estiveram quase sempre de acordo quanto ao regresso, tendo-se apurado divergências de opinião entre os cônjuges em apenas 11% de casais; em quase todos eles, foi a mulher quem se mostrou mais relutante em regressar e, por isso, é ela que ainda se sente arrependida. A esmagadora maioria (70%) dos agregados familiares afirmou estar optimista quanto ao futuro, ainda que reconheça a existência de problemas que urge resolver. A proporção de ex-emigrantes pessimistas é relativamente baixa (17%) bem como os que ainda revelam alguma apreensão (13%).

A maioria dos emigrantes afirmou, categoricamente, não ter aprendido nada com a emigração (56%) (fig. 11); a valorização profissional parece ter beneficiado menos de 1/5 dos inquiridos (19%) e a valorização pessoal apenas 1/10; menos de 8% aprendeu uma língua diferente, que domina com alguma facilidade, enquanto apenas 5% reconhece ter sido útil a emigração do ponto de vista cultural e educacional.

Após o regresso, menos de 16% dos agregados familiares que haviam estado emigrados noutros países voltaram a visitá-los, cabendo à França e à Alemanha, respectivamente, mais de 2/5 e quase 1/5 dessas visitas.

Figura 11 - Aprendizagem no estrangeiro



Em mais de 1/3 dos casos foram viagens isoladas de apenas um dos membros do agregado familiar, com vista a regularizar pormenores do processo de reforma ou para manter os seus papéis em ordem, no caso de quererem voltar a emigrar. Contudo, a maioria das situações detectadas foram visitas a familiares (a filhos, principalmente) e amigos, em épocas festivas, embora também sejam frequentes as viagens por motivos de saúde, nomeadamente, para realização de cirurgias. Outro dado curioso, embora pouco frequente, é a visita de estrangeiros, amigos dos regressados, às vezes ex-patrões, que visitam o PIS, havendo já alguns casos em que estes também optaram por viver nesta área do País.

7. Distribuição geográfica dos regressados

A análise da distribuição geográfica dos regressados permitir destacar uma das principais características do regresso de emigrantes — a sua abrangência espacial à generalidade dos lugares da região, não se cingindo a nenhuma área em particular, nem tão pouco aos lugares de maior dimensão.

Entre as áreas com maior número de regressos no PIS contam-se os concelhos da Sertã (principalmente, as freguesias de Cernache do Bonjardim — parte Este —, Castelo, Cabeçudo e Sertã) e Proença-a-Nova (maioritariamente nas freguesias mais a Leste: Alvito da Beira, Montes da Senhora, Sobreira Formosa e Peral, tendo na de Proença-a-Nova, maior expressão apenas na vila e nas várias aldeias que constituem as Moitas²⁹).

Nos restantes concelhos, onde o número de regressados foi inferior, denotam-se também algumas áreas de maior significado. No concelho de Oleiros, apesar de muitos lugares da freguesia, que é sede de concelho, terem recebido emigrantes, foi mais a Nordeste, principalmente nas

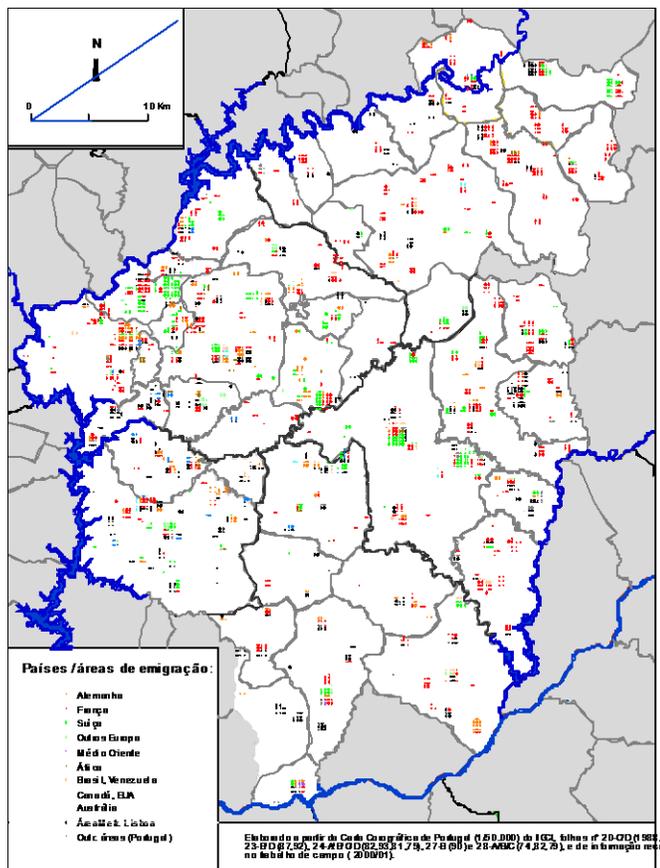
²⁹ Sob esta designação incluem-se vários lugares a escassas centenas de metros uns dos outros: Moita do Cabrito, Moita do Grilo, Moita Mateus Alves e Moita Pedro Domingos.

freguesias de Orvalho e na parte Norte da de Estreito, que se registou o maior número de chegadas: só nos lugares de Orvalho e Foz do Giraldo, por exemplo, o número de regressados foi superior ao de qualquer uma das doze freguesias do concelho, com excepção de Cambas, Estreito e Oleiros. No concelho de Mação, pelo contrário, foram as freguesias localizadas a Sul (principalmente Mação e Envendos) as que receberam maior número de emigrantes, embora não sobressaia nenhum lugar em particular, inclusive a própria vila sede de concelho. No de Vila de Rei, a característica principal é a de quase todos os lugares terem registado regressos, mais numerosos nas freguesias de Fundada e Vila de Rei, incluindo a vila.

Em síntese, os dados indicam que não foram as sedes de concelho e os lugares de maior dimensão os mais atractivos para a fixação dos emigrantes regressados o que se compreende porque a maioria residia em pequenos lugares, antes de emigrar, e para aí regressou; assim se explica, por exemplo, a localização de muitas famílias em pequeníssimos lugarejos nos mais recônditos sítios do PIS, cujas opções, foram, frequentemente, fáceis de perceber. Quaisquer emigrantes, quando partem, deixam na terra de origem as suas principais referências, (família, amigos, bens pessoais, etc.) e é aí que começam, quase sempre, por fazer os primeiros investimentos: recuperam uma antiga casa ou constróem outra a seu gosto, investem em propriedades e, quando voltam, sentem-se “presos àquilo que construíram com o suor do rosto” (na expressão tantas vezes ouvida); alguns, ainda buscam novas referências noutros lugares mas, a maioria, rende-se ao “*destino*” por eles traçado, e vai ficando numa “letargia” entre o sonho que buscaram na emigração e os dias cada vez mais vagarosos impostos pela idade.

A figura 12 permite aferir algumas tendências no padrão de distribuição dos emigrantes regressados, segundo o país / área de proveniência. De um modo geral, os regressados de França (em muito maior número), distribuem-se de modo mais homogéneo pela “região”, sendo pouco numerosos os lugares onde entre os regressados não se encontre algum vindo daquele país. Os da Suíça, pelo contrário, cingem-se a um reduzido número de lugares, a maioria dos quais no concelho da Sertã; o melhor exemplo é o lugar de Mourisco (freguesia de Castelo), onde terão chegado mais de duas dezenas e meia de emigrantes, só daquele país. Porém, é no concelho de Proença-a-Nova — na vila e nas Moitas — que se registam as maiores concentrações de regressados da Suíça.

Figura 12 - Locais de residência de ex-migrantes, segundo o país / área de emigração



Os provenientes da Alemanha, menos numerosos que os da Suíça, estão distribuídos por um número bem mais elevado de lugares, sendo raro, por isso, encontrar em cada um, mais de duas a três famílias com aquela proveniência. Comparativamente a todos eles, os regressados de outras áreas do território nacional (a maior parte dos quais viveu na Área Metropolitana de Lisboa) também apresentam grande dispersão dos locais de residência, eventualmente menos acentuada do que seria de esperar, porque a facilidade de aí se deslocarem é mais elevada e, por isso, têm menor propensão para o regresso definitivo; serão, porventura, bem mais numerosos no futuro.

8. Notas finais

Para além dos vários aspectos já referidos, e em momento de fecho deste artigo, parece-nos importante referir ainda três aspectos principais:

Em primeiro lugar, chamar a atenção para o facto de, embora as fontes estatísticas do INE sejam uma preciosa fonte de informação, os dados numéricos apenas permitem quantificar este fenómeno, são apenas uma parte de um todo, que só se poderá verdadeiramente compreender, recorrendo a outras fontes. E, neste caso, a recolha de dados no terreno parece ser a única alternativa, com todos os custos e dificuldades que lhe estão inerentes.

Em segundo lugar, e porque o regresso de emigrantes é um fenómeno com abrangência nacional, parece-nos chegado o momento de proceder a uma análise multidisciplinar, de âmbito geral, tanto mais que, se exceptuarmos pequenos trabalhos em áreas muito restritas, o tema não mais voltou a ser analisado com a devida profundidade há já vinte anos³⁰. E, não esqueçamos, também que o regresso de emigrantes portugueses se intensificou na última década, passando, no continente, de 130 448 indivíduos entre 1986 e 1991 para 149 326 no quinquénio 1996-2001.

Em terceiro lugar, convém lembrar que o regresso de emigrantes pode ser, ou melhor, deveria ser, um factor importante na definição das estratégias de desenvolvimento regional, em particular nas áreas do interior. E este aspecto é tanto mais importante quanto, sabemos-lo todos, uma proporção significativa dos que chegam vem em plena idade activa, às vezes com saberes específicos importantes de que o País carece. E, neste aspecto, infelizmente, tão pouco se tem feito ultimamente.

Bibliografia

- AMARO, R. Roque (1984), “Reintegração em Portugal do ex-emigrante” (Cap. 4). in SILVA, M.; [et al.] *Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal*. Lisboa: IED, p. 111-162.
- (1984a), “Retorno, emigração e desenvolvimento regional” (Cap. 5). in SILVA M. [et al.] (1984); *Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal*. Lisboa: IED, p. 163-234.
- (1985), “Reestruturas demográficas, económicas e socioculturais em curso na sociedade portuguesa: O caso dos emigrantes regressados” in *Análise Social*, Vol. XXI (87-88-89), 3º, 4º, 5º, p. 605-677.
- BARRETO, António (1996) , *A situação social em Portugal 1960-1995*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- DACOSTA, F. (1984), *Os retornados estão a mudar Portugal*. Lisboa, Relógio d’Água Edições.
- ESTEVES, M. do Céu (Org.) (1991) - *Portugal, país de imigração*. Caderno nº 22. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- MONTEIRO, P. (1985), *Terra que já foi terra*. Col.Tempos Modernos (2). Lisboa, Edições Salamandra.

³⁰ Vide SILVA et al. (1984).

- PAIVA, Amadeu (1985), *Portugal e a Europa: O fim de um ciclo migratório. Comunicações à conferência sobre retorno e reintegração de emigrantes*. Lisboa, Instituto Superior de Economia, CEDEP; Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- PEIXOTO, J. (1998), *As migrações dos quadros altamente qualificados em Portugal. Fluxos migratórios inter-regionais e internacionais e mobilidade intra-organizacional*. Dissertação de doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações. Lisboa, ISEG (policopiado).
- PIRES, R.; [et al.] (1984), *Os retornados: Um estudo sociográfico*. Caderno (14). Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- ROCHA-TRINDADE, M. Beatriz e CAEIRO, Domingos (2000), *Portugal - Brasil. Migrações e migrantes 19850-1930*. Lisboa: Edições Inapa.
- SILVA, M.; [et al.] (1984), *Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal*. Caderno nº 8. Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- STAHL, H.-M. [et al.] (1982), *Perspectivas da emigração portuguesa para a CEE 1980-1990*. Lisboa, Moraes Editores; IED.